



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

CERTIFICO que foi publicado no placard  
desta prefeitura o (a) Lei 328/2013  
no período de 16/01/2013 a 31/01/2013  
Mimoso de Goiás 16 de Janeiro de 2013  
*[Assinatura]*

Lei nº 328/13

DE 16 DE JANEIRO DE 2013.

**"DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MIMOSO DE GOIÁS**, Estado de Goiás, aprovou e eu,  
Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o **ano de 2013**, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo, os fundos, fundações e autarquias, como tais as definidas no inciso III, do art. 2º, da referida Lei Complementar, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - as metas fiscais e os riscos fiscais;
- III - a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

##### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º.** As prioridades e metas para o exercício financeiro de **2013** são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Prioridades e Metas para **2013**", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de **2013**, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, nestes termos constituem diretrizes para o orçamento de 2013:

- I - Promover acesso à educação, dentro das atribuições do município, ampliando o nível e a qualidade da escolarização.
- II - Promover a melhoria nas condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana.

*[Assinatura]*



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

III – Promover ações de redução das desigualdades raciais, sociais e de qualquer tipo de discriminação.

IV – Promover o crescimento econômico às famílias em situação de necessidade com ampliação de renda.

V – Promover melhorias na infraestrutura urbana e no saneamento básico.

VI – Prestar assistência às crianças, adolescentes, aos idosos e à família.

VII – Oferecer à população mecanismo de acesso à saúde, assistência médica, odontológica e ambulatorial.

VIII – Promover a gestão e a qualidade ambiental, com ênfase ao uso correto dos recursos naturais.

IX – Implementar ações de planejamento, gestão, transparência e responsabilidade para a correta aplicação dos recursos públicos.

X – Apoiar o pequeno produtor rural e incentivar o empreendedorismo no campo.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN nº 249, de 30.04.10;

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

II - **Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - **Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - **Operação Especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos seus Fundos, Fundações e Autarquias.

Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 5º. O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 6º. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I - às ações relativas à saúde e assistência social;
- II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;
- IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental; e
- V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

**Art. 7º.** O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

- I - mensagem;
- II - texto da lei;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

**Parágrafo Único.** Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição;
- II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;
- III - demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I, da Lei 4320/64, Adendo II, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 e 180 com alterações);
- IV - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portarias Interministeriais 163 e 180 com alterações);
- V - resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo III, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);
- VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação (Anexo III, da Lei 4320/64, Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85 e Portaria Interministerial 163 com alterações);
- VII - programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo IV, da Lei 4320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII - despesas orçamentárias por funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais (Anexo VII, da Lei 4320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IX - despesas orçamentárias por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII, da Lei 4320/64 e Adendo VII, da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- X - despesas orçamentárias por órgãos e funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

**Art. 8º.** A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

- I - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2010 e 2011 e previsão para 2013;
- II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;
- III - memória de cálculo da reserva de contingência;



ESTADO DE GOIÁS

Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

VI - memória de cálculo do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

§ 1º. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2º. Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 9º. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Planejamento do Município, até 03 de Agosto de 2012, suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício de 2013, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 11. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2013, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo único. Se a previsão referida no caput não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2013, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.

Art. 13. Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 15. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no Demonstrativo VIII, do Anexo de



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº 101/00, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.

**Art.16.** Será incluída no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de governo.

**Art.17.** Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101/00;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;

III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

**Parágrafo único** - Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2013, tiver ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

**Art. 18.** Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

**Art. 19.** O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente a 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal e EC n. 058/09, efetivamente realizado no exercício anterior.

**Art. 20.** A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação.

**Parágrafo único** - A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

Art. 21. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- II – sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;
- III – sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;
- IV – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2013 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 22. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 23. O Poder Executivo emitirá, como anexo à Lei Orçamentária, relação das entidades que, o exercício financeiro de 2013, poderão vir a ser beneficiadas por Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio.

Art. 24. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo de 3% (três por cento), da receita corrente líquida, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificado no Anexo de Riscos Fiscais.



ESTADO DE GOIÁS

Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

**Parágrafo Único.** Na definição do percentual da Reserva de Contingência, está incluído o valor destinado à obtenção da meta de resultado primário positivo a ser apurado no exercício.

**Art. 25.** A Lei Orçamentária para 2013 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder a remanejamentos, transposição, realocação das fontes de recursos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

§ 1º. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

§ 2º. O excesso de arrecadação verificado em cada fonte de recurso poderá ser utilizado para suplementação por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 26.** Os créditos adicionais e suplementares serão apresentados no projeto de Lei Orçamentário para o exercício 2013 até o dia 30 de Agosto de 2012.

§ 1º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições circunstanciadas de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 2º. Os créditos adicionais aprovados serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 3º. Quando a abertura de créditos adicionais implicar alteração das metas físicas, o anexo correspondente deverá ser objeto de atualização.

#### CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

**Art. 27.** O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

§ 1º. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

**Art. 28.** As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.

**Art. 29.** O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:





ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

- I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;
- II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;
- IV - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

**Art. 30.** Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

**Art. 31.** Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

**Parágrafo Único.** Se estimada a receita na forma deste artigo, no projeto da Lei Orçamentária:

- I - serão identificadas as propostas de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
- II - será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 32.** No exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.

**Art. 33.** Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2013 somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;
- IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101/00.

**Art. 34.** O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas as regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

§ 1º. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestação das Secretarias de Administração e de Finanças, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2º. O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 35. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

**Parágrafo Único.** Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 36. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Parágrafo único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.

Art. 37. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reequilíbrio no prazo máximo de dois quadrimestres:

- I – eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;
- II – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

**Parágrafo Único.** O Chefe do Poder Executivo deverá baixar ato estabelecendo as diretrizes e requisitos funcionais do sistema, definindo os centros de custos e a forma de apropriação dos gastos.

**Art. 39.** A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em base bimestral.

**§ 1º.** O Poder Executivo colocará a disposição da Câmara Municipal, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas bimestrais e do exercício, bem assim as justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

**§ 2º.** A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

**Art. 40.** Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2013, excetuando:

- I – as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e
- II – as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

**§ 1º.** Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

- I – redução de investimentos programados com recursos próprios.
- II – eliminação de despesas com horas-extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- V – redução de gastos com combustíveis;

**§ 2º.** Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

**Art. 41.** A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00.



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

**Art. 42.** O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2013, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

**Art. 43.** As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa e fontes de recursos, especificando o elemento de despesa.

**Art. 44.** São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

**Art. 45.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

**Art. 46.** Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2013, a despesa, decorrente de ação governamental nova, será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens e serviços, os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

**Art. 47.** A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

**Art. 48.** Se o projeto da Lei Orçamentária não for APROVADO até 31 de dezembro de 2012, a programação dele constante poderá ser executada no exercício de 2013, para o atendimento das seguintes despesas:

- 1 - pessoal e encargos sociais;



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

II - pagamento do serviço da dívida; e  
III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MIMOSO DE GOIÁS, aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e treze (16.01.2013).

ROSANA BALESTRA PEREIRA DA SILVA  
Prefeita Municipal

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 3º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, devendo seu conteúdo ser levado em consideração quando da elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo evidenciar os passivos contingentes, os riscos fiscais e outros eventos capazes de afetar as contas públicas no exercício de 2013.

Considerando as orientações constantes do Manual aprovado pela Portaria STN nº 249, de 30.04.2010, o Município entende que podem ser supridas pela Reserva de Contingência, mediante a abertura de créditos adicionais, as dotações necessárias para fazer frente às seguintes situações, cujos montantes estimados para o exercício constam do demonstrativo próprio:

**I – RISCOS FISCAIS ORÇAMENTÁRIOS**

Referem-se à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem conforme o planejado, durante a execução do Orçamento, em decorrência de situações não passíveis de previsão.

**II – RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA**

Referem-se a possíveis ocorrências externas à administração, que em se efetivando resultarão na necessidade de desembolso financeiro ou no aumento do estoque da dívida.

ROSANA BALESTRA PEREIRA DA SILVA  
Prefeita Municipal



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

ANEXO DE RISCOS FISCAIS PARA 2013

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>I – RISCOS FISCAIS ORÇAMENTÁRIOS</b> Realização de despesas não passíveis de previsão em decorrência de situação de emergência ou de estado de calamidade pública (enchentes, vendavais, granizo, estiagem, geada, surtos epidêmicos)	01	
<b>II – RISCOS FISCAIS DA DÍVIDA</b> Ações judiciais que venham a ser ingressadas contra o Município, que possam motivar desembolso financeiro no exercício de 2013, inclusive de natureza tributária trabalhista.	02	
Depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.	03	
<b>TOTAL</b>		

**ROSANA BALESTRA PEREIRA DA SILVA**  
Prefeita Municipal



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PARA 2013

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as prioridades da Administração para o exercício de 2013 e as metas físicas em valores correntes, relativas às atividades e projetos a serem desenvolvidos no exercício, em consonância com o Plano Plurianual, as quais se traduzem no seguinte:

- 1) realizar concurso público, capacitar e valorizar os recursos humanos da municipalidade;
- 2) modernizar e informatizar a administração pública municipal, aperfeiçoando o sistema de planejamento, administração financeira, pessoal, comunicação social, informática e automação;
- 3) celebrar convênios com o governo federal e estadual, objetivando a execução de obras e serviços de interesse municipal;
- 4) adquirir e distribuir merenda escolar entre os alunos do ensino infantil e fundamental, a fim de incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado;
- 5) apoiar os alunos da rede municipal de ensino, mediante suplementação alimentar, assistência médico-odontológico e outras ações sociais;
- 6) desenvolver o esporte amador e prestar apoio, se necessário às entidades incentivadoras das atividades esportivas, criando o espírito de coletividade e competição, necessária à formação de atletas municipais;
- 7) democratizar o acesso à cultura, no que se refere aos meios de produção e espaços culturais, com incentivo às festas típicas;
- 8) construir e ampliar unidades sanitárias para atendimento à população de baixa renda;
- 9) adquirir instrumentos para equipar, reformar e ampliar a rede física de serviços públicos;
- 10) manter ações de saúde individual (consulta médica, consulta odontológica) e coletiva (vigilância sanitária, epidemiológica, saneamento básico) em quantidade e qualidade necessárias e suficientes para reduzir os indicadores de morbi-mortalidade da população;
- 11) adquirir e distribuir medicamentos básicos, satisfazendo às necessidades da população e das ações de saúde em geral;
- 12) atender emergencialmente as pessoas em situação de extrema carência e as vítimas de calamidade pública ou situações de emergência;
- 13) oportunizar o ensino, habilitação, reabilitação e profissionalização às pessoas portadoras de deficiência;
- 14) fiscalizar os serviços de abastecimento de água, coleta e deposição final de esgotos sanitários;
- 15) incentivar a participação popular nas definições de políticas públicas e apoiar as associações de classes, comunitárias e ecológicas;



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

- 16) criar e ampliar áreas que para incentivar a instalação e ampliação de indústrias;
- 17) divulgar as atrações do Município, a fim de incentivar o turismo interno e externo;
- 18) incentivar as atividades de fomento com ênfase em estratégias setoriais adequadas ao perfil sócio-econômico do Município;
- 19) expandir a malha viária municipal, construir obras de arte especiais, bem como melhorar e ampliar os serviços de pavimentação, restauração e sinalização facilitando as condições de trafegabilidade;
- 20) difundir e ampliar o uso de práticas de irrigação e drenagem, objetivando o aumento da produção agrícola;
- 21) oferecer condições que visem o aumento dos investimentos no setor agropecuário, proporcionando o aumento da produtividade rural;
- 22) oferecer assistência técnica e desenvolver trabalhos de extensão rural junto às unidades de produção agropecuária e à família rural, bem como apoiar o desenvolvimento de projetos de outras esferas de governo;
- 23) apoiar o processo de diversificação da produção agrícola, desenvolvendo trabalhos para consolidar atividades que se mostrem promissoras, sob o ponto de vista sócioeconômico;
- 24) apoiar e estimular a organização dos produtores rurais, além de prestar trabalhos através da municipalização da agricultura;
- 25) apoiar e incentivar os programas de comercialização, incluindo feira-livre, patrulha mecanizada, hortas escolares, caseiras e comunitárias e recuperar o solo e promover o reflorestamento;
- 26) repassar recursos para entidades esportivas, culturais, beneficentes, assistenciais, agrícolas e de classe.
- 27) urbanizar as áreas verdes do município;
- 28) construir, ampliar e melhorar jardins e praças públicas;
- 29) construir casas populares, destinadas à população de baixa renda;
- 30) desenvolver ações que visem à orientação e o controle de atividades que geram poluição, e conservar as matas nativas;
- 31) instalar equipamentos comunitários em áreas habitacionais de baixa renda e executar obras de infra-estrutura, compreendendo a implantação e recuperação de pavimentação, drenagens, urbanização de praças;
- 32) criar programas de conscientização ecológica;
- 33) atualizar a lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Territorial do Município;
- 34) adquirir veículos, máquinas e equipamentos para execução de serviços públicos municipais;
- 35) fiscalizar a execução do contrato de disposição de resíduos no aterro sanitário;
- 36) dar continuidade ao programa de transporte escolar para alunos das zonas rural e urbana, inclusive ampliando a frota e o atendimento;
- 37) treinar os professores, no sentido de melhorar o ensino municipal;
- 38) ampliar, reformar e construir Unidades Escolares;
- 39) ampliar os núcleos de ensino fundamental de jovens e adultos;
- 40) construir creches;
- 41) construir unidades de pré-escola;
- 42) construir, ampliar e reformar unidades esportivas;
- 43) promover e participar de eventos esportivos.





ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

- 44) firmar convênio com entidades para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras;
- 45) adquirir equipamentos de controle, previsão e prevenção de situações de emergência;
- 46) dar continuidade aos programas e ações assistenciais em conformidade com as novas diretrizes do Sistema Único da Assistência Social – SUAS;
- 47) implantar os novos programas e ações de assistência social em conformidade com as novas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- 48) incentivar a criação e o desenvolvimento de cursos de qualificação e requalificação profissional em parceria com entidades instaladas no nosso município;
- 49) incentivar e apoiar as empresas locais na participação e exposição em feiras;
- 50) incentivar e fomentar o associativismo e cooperativismo e outras modalidades de organizações voltadas ao desenvolvimento econômico do município;
- 51) promover através de parcerias entre organizações governamentais e não governamentais a criação de programas que transformem em produtos reais as vocações e potencialidades econômicas do município;
- 52) implantar o controle de natalidade, por meio cirúrgico, destinado aos cães e gatos de rua e aos animais domésticos das pessoas de baixa renda.

**METAS RELATIVAS ÀS RECEITAS:**

- a) revisar e atualizar as alíquotas fixadas para cada espécie de imposto, visando a ampliação da receita tributária;
- b) manter atualizado o cadastro mobiliário e imobiliário.

**OUTRAS METAS:**

- a) Adequar as despesas correntes à arrecadação;
- b) reduzir significativamente o déficit financeiro

**ROSANA BALESTRA PEREIRA DA SILVA**  
**Prefeita Municipal**



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2013

O presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Tem por objetivo estabelecer as metas fiscais em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados primário e nominal e ao montante da dívida do Município, para o exercício de 2013 e para os dois seguintes.

Para sua elaboração foram observadas as orientações constantes do Manual aprovado pela Portaria STN nº 249, de 30.04.2010, e é composto dos seguintes demonstrativos:

PARTE 1

Demonstrativo I – Metas Anuais

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Demonstrativo VI – Avaliação da situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

ROSANA BALESTRA PEREIRA DA SILVA  
Prefeita Municipal



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

**MEMORIAL DA ESTIMATIVA DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA 2013 A 2014**

(Valores sujeitos a alterações, ajustes e incidência de novos parâmetros para efeito de elaboração da Proposta Orçamentária/2013)

**IPTU**

A estimativa de arrecadação para o período de 2013 tem como base o comportamento da arrecadação dos exercícios de 2.009, 2.010, 2011 e 2012 (parcial), com o acréscimo da atualização de 10% ao ano. Exclusiva na estimativa o crescimento gerado pela reavaliação, redefinição da área urbana do Município, atualização da planta urbana e recadastramento de unidades habitacionais, além da possibilidade de correção do valor venal dos imóveis.

**ITBI**

A estimativa tem como base a evolução histórica da arrecadação, a contar de 2012, acrescida da expectativa de atualização de 10,0% ao ano. A reavaliação e redefinição da área urbana do Município e a atualização da planta urbana também deve influenciar no crescimento desta receita.

**ISS**

Sobre o valor histórico de arrecadação aplicou-se o índice crescimento de 10% a.a., motivado pelo crescimento do movimento de serviços no Município, prevendo-se a arrecadação de a partir de 2.013.

**IRRF**

A estimativa para o período a partir de 2.013, considerando os aspectos da alteração da tabela do Imposto de Renda e o incremento desta receita pelo reajuste da folha de pagamento dos servidores municipais. Aplicou-se a projeção inflacionária para os exercícios seguintes.

**TAXAS - Poder de Polícia**

Com base no valor histórico das arrecadações, acrescido do incremento real estimado para os próximos exercícios, um crescimento estimado de 10% a partir de 2.013. Influencia também sobre este item, a atualização da planta urbana. Aplicou-se a projeção inflacionária para os exercícios seguintes.

**TAXAS - Prestação de Serviço**

O valor histórico de arrecadação possibilita uma receita em 2.013 com crescimento em torno de 10% a.a. para os exercícios seguintes. Nos Orçamentos serão identificadas as fontes de receitas, na forma da legislação.

**RECEITAS PATRIMONIAIS**

Estimada uma receita a partir de 2.013, com crescimento estimado em 10% para os exercícios seguintes. As receitas patrimoniais englobam receitas de aplicação de valores, ganhos com ações e outras de natureza financeira.

**OUTRAS RECEITAS / RECEITAS DE SERVIÇO**



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

Denominam-se como outras receitas aquelas provenientes de fontes ou natureza não identificadas. Estima-se a partir de 2.013, com pequena variação a partir de então. As receitas de serviços poderão ocorrer no caso do Município realizar serviços a terceiros mediante remuneração, com uma possibilidade de até 10%.

#### **TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS**

##### **COTA-PARTE DO FPM**

O valor estimado a partir de 2.013 para esta receita, leva em consideração os valores históricos dos exercícios de 2.009, 2.010, 2.011 e 2.012 até março, aplicando o índice de reajuste de 10%, além da possibilidade de crescimento nominal, resultante da reforma tributária, em parte, ainda tramitando no Congresso Nacional.

##### **TRANSFERÊNCIAS DO SUS**

Referem-se a transferências de recursos advindos do Ministério da Saúde, resultado de programas instituídos pelo Governo Federal, voltadas a Atenção Básica.

##### **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO**

Para efeito de estimativa, consideramos como Outras Transferências da União os valores arrecadados na forma de Fundo Especial, CFEM, ITR, CIDE, CEX, receitas não classificadas e outras receitas de pequena expressão. Na proposta orçamentária as origens serão estimadas por fonte.

#### **TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS**

##### **COTA-PARTE DO ICMS**

Para projeção dos repasses desta receita, levou-se em consideração os dados históricos, acrescido da expectativa de crescimento do valor adicionado e da correção inflacionária de 05 a 10% a partir de 2.013.

##### **COTA PARTE DO IPVA**

Estimou-se a arrecadação a partir de 2.013, com base nos dados históricos e no crescimento gradativo da frota de veículos licenciados no Município. Para os exercícios seguintes estimou-se a manutenção do crescimento da frota veicular e correção inflacionária, com um acréscimo de até 10%.

##### **TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB**

A projeção histórica desta receita e o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental e na Educação Infantil remete para a estimativa de arrecadação em 2.013 para até 10%.

##### **DÍVIDA ATIVA**

Os valores históricos levantados, consideradas as execuções fiscais protocoladas e ou em fase administrativa, remetem a um valor estimado para o exercício de 2.013 na ordem de 10% em relação ao exercício anterior. A partir de 2.013 estima-se um crescimento proporcional a 10% a.a. Caso a receita da Dívida Ativa venha ultrapassar a estimativa, serão utilizados os recursos para reserva financeira e contrapartidas de convênios.



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás

#### **ALIENAÇÃO DE BENS**

A receita média estimada para o período é provenientes do leilão de bens obsoletos, além da possibilidade de leilão de imóveis.

#### **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

#### **TRANSFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL**

Tendo como base os projetos encaminhados e não concretizados até o presente exercício, acrescidos dos projetos a encaminhar aos órgãos do Governo Federal e do Governo Estadual. Na proposta Orçamentária os valores serão estimados de acordo com os Projetos em andamento.

A projeção das receitas em valores reais será demonstrada no anexo desta lei.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MIMOSO DE GOIÁS**, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze (16/01/2013),

**ROSANA BALESTRA PEREIRA DA SILVA**  
Prefeita Municipal

**PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS**

ÓRGÃO.....: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DE GOIAS											
PROGRAMA											
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA											
OBJETIVO											
RESERVA DE CONTINGENCIA											
UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO											
RESERVA DE CONTINGENCIA											
UNID.MEDIDA		METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013			
FÍSICA		FINANCEIRA		FÍSICA		FINANCEIRA		FÍSICA		FINANCEIRA	
0015		77.000,00		0026		135.000,00		0028		148.500,00	
PERCENTAGEM		77.000,00		135.000,00		148.500,00		163.350,00			
		77.000,00		135.000,00		148.500,00		163.350,00			

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

ÓRGÃO.....: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MIMOSO DE GOIAS		OBJETIVO											
PROGRAMA		ENCARGOS ESPECIAIS											
0005 ENCARGOS ESPECIAIS		METAS PARA 2010			METAS PARA 2011			METAS PARA 2012			METAS PARA 2013		
UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
02.10.846.2.151 - CONTRIBUIÇÃO AO INSS EMPREGADOR	PERCENTAGEM	0022	25.147,50	0024	26.911,68	0026	29.602,85	0029	32.563,14	0029	32.563,14	0029	32.563,14
02.28.846.2.117 - PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS FINAN	PERCENTAGEM	0000	25.147,50	0000	26.911,68	0048	18.000,00	0052	19.800,00	0052	19.800,00	0052	19.800,00
			25.147,50		26.911,68		47.602,85		52.363,14		52.363,14		52.363,14

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

PROGRAMA	OBJETIVO	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E													
		UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO				METAS PARA 2010			METAS PARA 2011			METAS PARA 2012		METAS PARA 2013	
		UNID.MEDIDA	FÍSICA	FINANCEIRA		FÍSICA	FINANCEIRA		FÍSICA	FINANCEIRA		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
02.10.302.2.138 - EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMI	PERCENTAGEM	0020	326.954,10	0022	349.891,02	0028	444.880,12	0030	489.368,14						
02.10.302.2.224 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS ODONTOLOGIC	PERCENTAGEM	0008	47.800,00	0034	213.405,00	0028	174.745,50	0031	192.220,06						
02.10.302.2.227 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS, EQUIP. E VEIC	PERCENTAGEM	0022	35.912,70	0024	38.432,10	0026	42.275,31	0029	46.502,84						
			410.666,80		601.728,12		661.900,93		728.091,04						



PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

ÓRGÃO.....: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MIMOSO DE GOIAS	PROGRAMA	OBJETIVO	ATENÇÃO BASICA						METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013		
			UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO	UNID.MEDIDA	FÍSICA		FINANCEIRA		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	
					FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA									FÍSICA
0050	ATENÇÃO BASICA																
02.10.301.1.190	CONSTR/REF/AMPL/ HOSP. MUNICIPAL	PERCENTAGEM	0003	10.000,00	0033	112.422,58	0030	103.000,00	0033	113.300,00	0033	113.300,00	0033	113.300,00			
02.10.301.1.191	CONSTR/REFO/AMPL/ POSTO DE SAÚDE	PERCENTAGEM	0003	10.000,00	0036	130.000,00	0029	103.000,00	0032	113.300,00	0032	113.300,00	0032	113.300,00			
02.10.301.1.192	CONSTRUÇÃO DE FOSSAS ASSEPTICAS	PERCENTAGEM	0022	10.000,00	0024	10.701,54	0026	11.771,69	0029	12.948,86	0029	12.948,86	0029	12.948,86			
02.10.301.1.193	CONSTR/AMPL/MANUT. REDE DE ESGOTO	PERCENTAGEM	0006	10.000,00	0035	62.959,28	0028	51.255,21	0031	56.380,73	0031	56.380,73	0031	56.380,73			
02.10.301.1.194	CONSTR/AMPL/MANT. SERV. ABAST. DE A	PERCENTAGEM	0005	10.000,00	0038	80.000,00	0027	58.000,00	0030	63.800,00	0030	63.800,00	0030	63.800,00			
02.10.301.1.195	CONSTR/INSTAL/DE KITS SANITARIOS	PERCENTAGEM	0023	10.000,00	0023	10.000,00	0026	11.000,00	0028	12.100,00	0028	12.100,00	0028	12.100,00			
02.10.301.1.196	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	PERCENTAGEM	0004	10.000,00	0029	80.000,00	0032	88.000,00	0035	96.800,00	0035	96.800,00	0035	96.800,00			
02.10.301.1.197	CANALIZAÇÃO DE CORREGOS/RIOS/RIACH	PERCENTAGEM	0004	10.000,00	0029	80.000,00	0032	88.000,00	0035	96.800,00	0035	96.800,00	0035	96.800,00			
02.10.301.2.136	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE S	PERCENTAGEM	0013	550.228,50	0023	961.775,30	0030	1.242.360,08	0033	1.372.096,10	0033	1.372.096,10	0033	1.372.096,10			
02.10.301.2.137	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES CO	PERCENTAGEM	0021	60.184,70	0024	70.391,48	0026	77.430,64	0029	85.173,72	0029	85.173,72	0029	85.173,72			
02.10.301.2.225	AQUIS. UNIDADE MOVEL SAUDE/ODONTOL	PERCENTAGEM	0022	20.000,00	0024	21.403,06	0026	23.543,37	0029	25.897,71	0029	25.897,71	0029	25.897,71			
02.10.301.2.226	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA	PERCENTAGEM	0022	15.500,00	0024	16.587,40	0026	18.246,14	0029	20.070,74	0029	20.070,74	0029	20.070,74			
02.10.301.2.228	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AGUA TRAT	PERCENTAGEM	0022	11.500,00	0024	12.413,77	0026	13.655,15	0029	15.020,65	0029	15.020,65	0029	15.020,65			
02.10.305.2.161	PROGRAMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOG	PERCENTAGEM	0022	26.672,50	0024	28.543,66	0026	31.398,03	0029	34.537,84	0029	34.537,84	0029	34.537,84			
				764.185,70		1.677.198,07		1.920.660,31		2.118.226,35		2.118.226,35		2.118.226,35			

**PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS**

ÓRGÃO ....: 04 - FUNDO MUN.ASSIST. SOCIAL MIMOSO DE GOIAS		OBJETIVO											
PROGRAMA		ENCARGOS ESPECIAIS											
UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO	UNID.MEDIDA	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013		FÍSICA	FINANCEIRA		
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA				
02.28.846.2.117 - PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS FINAN	PERCENTAGEM	0000		0000		0048	12.000,00	0052	13.200,00			12.000,00	13.200,00

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

ÓRGÃO..... 04 - FUNDO MUN.ASSIST. SOCIAL MIMOSO DE GOIAS		OBJETIVO									
PROGRAMA		CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS									
0029 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013			
UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
UNID.MEDIDA											
24.08.244.1.198	- CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	0022	100.000,00	0024	107.015,34	0026	117.716,87	0029	129.488,56		
24.08.244.1.199	- PROGRAMA MORAR MELHOR	0022	10.000,00	0024	10.701,54	0026	11.771,69	0029	12.948,86		
24.08.244.2.147	- DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONST	0017	22.054,10	0025	33.516,48	0028	36.888,13	0030	40.554,95		
24.08.244.2.229	- MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0022	14.500,00	0024	15.517,23	0026	17.068,96	0029	18.775,84		
24.08.244.2.230	- AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	0022	50.000,00	0024	53.507,67	0026	58.858,44	0029	64.744,28		
		196.554,10		220.258,26		242.284,09		266.512,49			

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

ÓRGÃO.....: 04 - FUNDO MUN.ASSIST. SOCIAL MIMOSO DE GOIAS	PROGRAMA	OBJETIVO	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTE											
			METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013					
			FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA				
0033	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTE	UNID.MEDIDA												
02.08.244.1.185	- COSNT/REFO/AMPL/ ABRIGO DOS IDOSOS	PERCENTAGEM	0053	20.000,00	0014	5.403,06	0016	5.943,37	0017	6.537,71				
02.08.244.1.186	- CONST/REFO/AMPL/ DO C.R.A.S	PERCENTAGEM	0081	20.000,00	0006	1.403,06	0006	1.543,37	0007	1.697,71				
02.08.244.1.187	- CONST/REFO/AMPL/ C.R.E.A.S	PERCENTAGEM	0081	20.000,00	0006	1.403,06	0006	1.543,37	0007	1.697,71				
02.08.244.1.188	- CONST/REFO/AMPL/ DO P.E.T.I	PERCENTAGEM	0081	20.000,00	0006	1.403,06	0006	1.543,37	0007	1.697,71				
02.08.244.1.189	- CONST/REFO/AMPL/ CONSELHO TUTELAR	PERCENTAGEM	0081	20.000,00	0006	1.403,06	0006	1.543,37	0007	1.697,71				
02.08.244.2.132	- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE A	PERCENTAGEM	0016	191.343,85	0018	211.435,18	0031	371.284,99	0035	413.913,50				
				291.343,85		222.450,48		383.401,84		427.242,05				

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

ÓRGÃO .....: 04 - FUNDO MUN.ASSIST. SOCIAL MIMOSO DE GOIAS		OBJETIVO											
PROGRAMA		EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS											
0036 EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS		EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS											
UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO	UNID.MEDIDA	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA				
02.08.244.2.120 - MANUTENÇÃO DO C.R.E.A.S.	PERCENTAGEM	0022	16.900,00	0024	18.085,55	0026	19.894,12	0029	21.883,53				
02.08.244.2.121 - MANUTENÇÃO DO PROJovem ADOLESCENTE	PERCENTAGEM	0022	13.410,70	0024	14.351,48	0026	15.786,63	0029	17.365,30				
02.08.244.2.122 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMIL	PERCENTAGEM	0022	18.300,00	0024	19.583,77	0026	21.542,16	0029	23.696,37				
02.08.244.2.123 - MANUTENÇÃO DO PROAS	PERCENTAGEM	0037	15.000,00	0039	16.052,30	0012	4.708,88	0013	5.179,54				
02.08.244.2.125 - Manutencao da Secretaria de Agricu	PERCENTAGEM	0019	11.500,00	0081	48.115,77	0000		0000					
02.08.244.2.150 - Manutencao do Conselho Tutelar	PERCENTAGEM	0000		0000		0048	58.927,35	0052	64.820,07				
02.08.244.2.153 - DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BASICAS A F	PERCENTAGEM	0022	10.087,35	0024	10.795,02	0026	11.874,52	0029	13.061,97				
02.08.244.2.219 - MANUTENÇÃO DO C.R.A.S./P.A.I.F	PERCENTAGEM	0022	32.900,00	0024	35.207,98	0026	38.728,80	0029	42.601,68				
			118.098,05		162.191,87		171.462,26		188.608,46				

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

PROGRAMA	OBJETIVO	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
0037 HORTAS E LAVOURAS COMUNITARIAS	HORTAS E LAVOURAS COMUNITARIAS								
	UNID.MEDIDA								
	PERCENTAGEM	0022	10.752,00	0024	11.506,29	0026	12.656,92	0029	13.922,61
02.08.244.2.154 - MANUTENÇÃO DAS HORTAS COMUNITARIAS			10.752,00		11.506,29		12.656,92		13.922,61

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

MUNICÍPIO	OBJETIVO	UNID. MEDIDA	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013	
			FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
MUNICÍPIO DE GOIÁS	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	PERCENTAGEM	0022	16.352,00	0024	17.499,17	0026	19.249,08	0029	21.174,00
		PERCENTAGEM	0022	36.900,00	0024	39.488,61	0026	43.437,49	0029	47.781,24
				53.252,00	56.987,78	62.686,57	68.955,24			

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

PROGRAMA	UNID.MEDIDA	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
		0000	0000	0000	0048	41.000,00	0052	45.100,00	45.100,00
01.28.846.2.117 - PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS FINAN	PERCENTAGEM	0000	0000	0000	0048	41.000,00	0052	45.100,00	45.100,00



PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

PROGRAMA	OBJETIVO	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
0016 ENSINO INFANTIL	ENSINO INFANTIL								
	UNID.MEDIDA								
	PERCENTAGEM	0022	23.600,00	0024	25.255,63	0026	27.781,19	0029	30.559,30
01.12.365.2.210 - MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL			23.600,00		25.255,63		27.781,19		30.559,30

**PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS**

ÓRGÃO.....: 05 - FUNDO DE GESTAO FUNDEB MIMOSO DE GOIAS		OBJETIVO															
PROGRAMA		MANUTENÇÃO DO FUNDEB															
0044 MANUTENÇÃO DO FUNDEB		MANUTENÇÃO DO FUNDEB															
UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/IAÇÃO	UNID.MEDIDA	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013		METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
01.12.361.1.182 - CONST.REF. AMPL.ESCOLAS ENS. FUNDA	PERCENTAGEM	0028	35.000,00	0022	27.455,37	0024	30.200,90	0026	33.220,99	0024	27.455,37	0024	30.200,90	0026	33.220,99	0026	33.220,99
01.12.361.2.139 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB	PERCENTAGEM	0020	551.400,00	0025	698.089,79	0026	726.898,78	0029	805.088,66	0025	698.089,79	0026	726.898,78	0029	805.088,66	0029	805.088,66
01.12.361.2.149 - CONTRIBUIÇÃO AO INSS EMPREGADOR	PERCENTAGEM	0011	50.000,00	0027	119.191,00	0029	131.110,10	0032	144.221,11	0027	119.191,00	0029	131.110,10	0032	144.221,11	0032	144.221,11
01.12.361.2.211 - AQUIS.VEICULOS E PERMANENTES P/ FU	PERCENTAGEM	0022	40.000,00	0024	42.806,14	0026	47.086,75	0029	51.795,43	0024	42.806,14	0026	47.086,75	0029	51.795,43	0029	51.795,43
			676.400,00		887.542,30		935.296,53		1.034.326,19		887.542,30		935.296,53		1.034.326,19		1.034.326,19

**PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS**

PROGRAMA	UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/AÇÃO	OBJETIVO	UNID. MEDIDA	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013	
				FINANCEIRA :		FINANCEIRA		FINANCEIRA		FINANCEIRA	
				FÍSICA	FÍSICA	FÍSICA	FÍSICA	FÍSICA	FÍSICA	FÍSICA	FÍSICA
0001 AÇÃO LEGISLATIVA		AÇÃO LEGISLATIVA									
			PERCENTAGEM	24.045,00	0024	25.731,84	0026	28.305,02	0029	31.135,52	
			PERCENTAGEM	457.986,90	0024	490.116,23	0026	539.127,85	0029	593.040,65	
			PERCENTAGEM	2.625,00	0024	2.809,15	0026	3.090,07	0029	3.399,08	
				484.656,90		518.657,22		570.522,94		627.575,25	

PLANO PLURIANUAL  
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E SEUS OBJETIVOS

PROGRAMA		OBJETIVO											
0005 ENCARGOS ESPECIAIS		ENCARGOS ESPECIAIS											
UNIDADE/FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/IAÇÃO	UNID.MEDIDA	METAS PARA 2010		METAS PARA 2011		METAS PARA 2012		METAS PARA 2013					
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA				
01.01.846.2.102 - CONTRIBUIÇÃO AO INSS EMPREGADOR	PERCENTAGEM	0022	66.882,90	0024	71.574,99	0026	78.732,49	0029	86.605,74				
			66.882,90		71.574,99		78.732,49		86.605,74				
			7.700.000,00		10.340.000,00		11.374.000,00		12.542.200,32				